

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

05.2024



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	5
NOTÍCIAS DO MPF.....	9
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	10
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	11
NOVIDADE LEGISLATIVA.....	13

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

Ariane Cristine de Carvalho Brito – Residente

NOTÍCIAS DO MPMT



MPMT reafirma unidade institucional na defesa da educação e saúde

Como resultado do 1º Encontro Estadual do Ministério Público do Estado de Mato Grosso sobre Autismo e Inclusão, realizado em 26/04/2024, representantes da instituição assinaram uma “Carta Compromisso” para efetivação do direito fundamental à educação e a saúde das pessoas autistas. Seis ações deverão nortear a atuação de promotores e promotoras de Justiça em todo o estado, que buscarão o envolvimento da rede de proteção e atendimento da educação, saúde e assistência social. Acesse [aqui](#) a íntegra da Carta Compromisso



Ministério Público e Tribunal de Contas de Mato Grosso firmam parceria para promover educação inclusiva no estado

No dia 22 de abril de 2024, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso e o Tribunal de Contas do Estado celebraram o Termo de Cooperação Técnica nº 09/2024, visando promover e fiscalizar a legislação sobre educação inclusiva na rede de ensino estadual e municipal. O objetivo é garantir acesso igualitário a uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Acesse [aqui](#) o documento na íntegra.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[MPRJ obtém acórdão determinando aos pais a obrigação de matricular a criança na rede de ensino](#)



O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) obteve decisão na Justiça que determina aos pais de uma criança a obrigação de matricular a filha na rede de ensino, pública ou privada. Embora recebesse ensino domiciliar dos pais, o MPRJ demonstrou que não existe legislação que autorize tal prática de forma exclusiva, o que violaria direitos fundamentais da criança e deveres inerentes ao poder familiar. O acórdão foi obtido em recurso apresentado pela Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Angra dos Reis, com atuação em segundo grau da 5ª Procuradoria de Justiça da Infância e da Juventude e articulação feita pelo Núcleo de Articulação Institucional (NAI/MPRJ). Processo 0801435-93.2022.8.19.0003

[MPRS disponibiliza cartilhas sobre Bullying E Cyberbullying](#)

Domingo, 7 de abril, é o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola. A data, instituída pela Lei 13.277/2016, busca chamar a atenção da sociedade e estimular a reflexão sobre o tema. A fim de ajudar a criar um ambiente escolar seguro e inclusivo, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) disponibilizou no dia, 5 de abril, as cartilhas "Bullying e Cyberbullying: isso não é legal!" e "Bullying e Cyberbullying: o que diz a Lei 14.811". Clique [aqui](#) para acessar a cartilha "Bullying e Cyberbullying: isso não é legal!" e, [aqui](#), para acessar a cartilha "Bullying e Cyberbullying: o que diz a Lei 14.811?".



[MPMG lança projeto que reunirá promotores, cartunistas e comunidade escolar para discutir temas da Educação por meio das artes](#)

Usar a linguagem artística e a cultura para aproximar os cidadãos e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) de temas sensíveis e atuais relacionados ao direito de crianças e jovens a uma educação de qualidade. Esse é o objetivo do projeto Educação, Justiça e Arte, lançado em 16/04/2024 na Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais. O



projeto reúne promotores de Justiça do MPMG, cartunistas de todo o país e a comunidade escolar de Minas Gerais para uma série de atividades educativas e culturais que acontecerão entre abril e novembro. A iniciativa é do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Educação (Caoeduc), do Observatório de Comunicação (Lei.A) e da entidade Cartunistas Mineiros Associados (Cartuminas), com parceria da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. A curadoria é do chargista, cartunista e ilustrador Eduardo Evangelista, o Duke. Reveja a transmissão do lançamento na TV MP no link:

<https://www.youtube.com/watch?v=6yjlyFrEGwA&t=6s>

[MPSP cobra explicações do governo de SP sobre uso do ChatGPT para produzir aulas](#)

O Ministério Público de São Paulo questionou a Secretaria de Educação de São Paulo (Seduc) sobre o uso da ferramenta ChatGPT na produção de aulas digitais que serão distribuídas aos 3,5 milhões de alunos do ensino fundamental II e do ensino médio na rede estadual. O órgão quer saber como e em quais materiais a tecnologia será empregada, detalhes de seu funcionamento e se alguma empresa foi contratada. O MPSP pede ainda pesquisas que sustentem a decisão. Três ofícios já foram enviados à secretaria e não foram respondidos com todas as explicações solicitadas.



[Em Campinas, inquérito apura formação de profissionais de apoio a alunos com deficiência](#)



Por meio de inquérito civil instaurado, a Promotoria de Justiça de Campinas quer apurar a existência de cursos de pedagogia instalados no município que contemplem a formação de docentes para o apoio especializado a alunos com deficiência. O procedimento leva em consideração o volume expressivo de pedidos para a

garantia de profissionais aptos a acompanhar, em sala de aula e nos estabelecimentos de ensino, crianças e adolescentes com deficiência matriculados nas escolas públicas do município. Responsável pelo inquérito, o promotor Rodrigo Augusto de Oliveira cita na portaria de instauração a preocupação do MPSP quanto à oferta regular do serviço de apoio a esses alunos no presente e no futuro.

MPAC obtém liminar que suspende contratação temporária de professores em Assis Brasil

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio da Promotoria de Justiça Cumulativa de Assis Brasil, obteve decisão liminar que suspende a contratação temporária de professores no município. A decisão se deu em resposta a um pedido de tutela de urgência em ação civil pública em face da Prefeitura de Assis Brasil por realizar um processo seletivo simplificado para os mesmos cargos de um concurso público em vigor. A decisão determina a suspensão do ato administrativo de nomeação e ulterior posse dos candidatos aprovados no processo seletivo simplificado, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil.



Em ação movida pelo MPGO, justiça determina que estado realize concurso para todos os cargos vagos de professores e apoio administrativo, cessando contratação de temporários



A pedido do Ministério Público de Goiás (MPGO), feito em ação civil pública (ACP), a Justiça determinou que o Estado de Goiás realize concurso público para todos os cargos vagos de professor e de apoio administrativo da rede estadual, inserindo as despesas com os professores na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A determinação prevê ainda que não haja renovação dos contratos temporários, mas que seja mantida a eficácia daqueles vigentes hoje.

Município de Dourados é condenado a oferecer turmas pré-escolares no Distrito de Indápolis, a partir de 2025

Com o intuito de garantir o acesso à educação das crianças de zero a cinco anos de idade no Distrito de Indápolis, o Ministério Público Estadual ajuizou ação em desfavor do Município de Dourados, que foi julgada procedente pela Justiça, sob pena de incidência de multa fixada em R\$ 500 mil por ano de descumprimento. Na decisão, o Juiz de Direito Egúiliell Ricardo da Silva deferiu a tutela de urgência requerida na inicial, na forma do caput do artigo 12 da Lei nº 7.347/1985, e determinou que o Município de Dourados ofereça turmas pré-escolares I e II em estabelecimento de ensino localizado no Distrito de Indápolis, a partir do ano letivo de 2025.

[MPRN recomenda suspensão de provas em concurso e reabertura de inscrições](#)

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) emitiu uma recomendação destinada à Associação dos Municípios da Região Central e Vale do Açu Potiguar (AMCEVALE) para que suspenda, imediatamente, provas de um concurso público destinado à contratação de professores de ciências e profissionais de suporte pedagógico para o município de Pendências. O órgão orienta ainda que seja reaberto o prazo de inscrição com aplicação das provas em data posterior. O prazo para adoção das medidas é de 24h, tendo em vista a proximidade da data de aplicação das provas.



[A partir de ação do MPPR, Município de Mallet deverá fornecer acompanhantes especializados a alunos da rede pública com Transtorno do Espectro Autista](#)



O Município de Mallet, no Sudeste do estado, deverá garantir acompanhantes especializados para os alunos da rede pública municipal de ensino com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A decisão, proferida nesta semana pelo Tribunal de Justiça do Paraná, atende ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca. Foi determinado prazo de 60 dias para a disponibilização dos profissionais de apoio. Processo número 0001348-05.2023.8.16.0106

[MPPR: Perguntas tratam de acesso a educação e direito a transporte escolar](#)

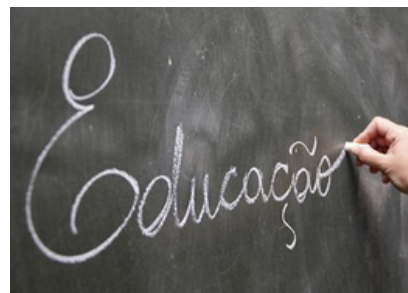
O MPPR Responde trata nesta edição de transporte escolar, com dúvidas esclarecidas pela promotora de Justiça Kamila Cristine Vanelli, do Ministério Público do Paraná, que na última semana emitiu recomendação a respeito deste tema na comarca de Cândido de Abreu, buscando garantir o acesso a esse serviço a um adolescente com deficiência. Confira [aqui](#).



NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[MPF fiscaliza programa federal que vai retomar obras paradas ou inacabadas de escolas e creches](#)

Os membros do Ministério Público Federal (MPF) vão atuar na fiscalização do programa federal que pretende retomar ou concluir obras de cerca de 3.700 escolas, creches e estabelecimentos de educação profissionalizante em todo o país. Informações sobre o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde foram enviadas nesta semana a todos os procuradores e procuradoras da República pelo Grupo de Trabalho Intercameral (GTI) Proinfância, vinculado às Câmaras de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral (1CCR) e de Combate à Corrupção (5CCR) do MPF.



[MPF e MPRS recomendam ao Governo e município de Gramado Xavier que respeitem o piso salarial dos professores](#)



O Ministério Público Federal (MPF) assinou uma recomendação conjunta com o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) para que o Governo do Estado e o Município de Gramado Xavier (RS) adequem os salários dos professores das escolas municipais e estaduais ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério público da educação básica, definido pelo Ministério da Educação (MEC). O piso salarial foi atualizado pelo MEC, no exercício de 2024, para R\$ 4.580,57 (40 horas semanais), com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro, mas diretores de escolas estaduais e municipais informaram que o salário pago aos professores é inferior ao piso.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

[STF Educa oferece 14 cursos gratuitos, com certificado e abertos para toda a sociedade](#)

O Projeto STF Educa, promovido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), disponibiliza cursos online, gratuitos e abertos para toda a sociedade desde 2020. O ciclo de capacitações de 2024 oferece 14 cursos, que estão disponíveis a partir do dia 15/04 até 6 de dezembro. As ofertas estão dentro de temas jurídicos, língua portuguesa, liderança institucional e paternidade. Os alunos podem se inscrever em quantos cursos quiserem e possuem 90 dias para finalizar as aulas a partir da data de inscrição. Acesse a página de inscrição [neste link](#). O STF Educa tem como objetivo democratizar o acesso à capacitação de qualidade, além de aproximar o Tribunal da sociedade. Desde o início do projeto, em 2020, mais de 40 mil cidadãos foram capacitados.



OUTRAS NOTÍCIAS

[CNMP celebra acordo de cooperação para regularizar e retomar obras de educação básica inacabadas ou paralisadas](#)

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é uma das instituições que celebraram acordo de cooperação técnica relativo ao projeto Regulariza Educação, que consiste na realização de iniciativas para regularizar terrenos e retomar 5.600 obras da educação básica inacabadas ou paralisadas. A solenidade de assinatura ocorreu no dia 16 de abril, na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília.



[TCE lança cartilha FUNDEB e o Papel dos Conselhos no Exercício do Controle Social](#)



Durante uma live, que contou com a participação de vários conselheiros dos CACs FUNDEB, e também servidores, o Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC) lançou, por meio da Escola de Contas, a Cartilha FUNDEB e o papel dos conselhos no exercício do controle social. A cartilha pode ser acessada de modo virtual por meio do [link disponível no site da Escola de Contas](#).

[Lei cria Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares](#)

A lei 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições brasileiras de ensino, foi ampliada pelo Congresso Nacional, que criou o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, além de somar aos espaços de democratização da informação outras finalidades, como encontro de lazer e suporte às comunidades. A versão atualizada foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada em 09 de abril, no [Diário Oficial da União](#).



[Câmara aprova projeto que prevê levantamento anual da demanda por creches no País](#)

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que determina aos estados, ao Distrito Federal e a municípios a realização anual de levantamento de demanda da educação infantil para crianças de zero a 3 anos de idade. A proposta foi aprovada em Plenário e será enviada à sanção presidencial. O texto aprovado é uma emenda do Senado ao Projeto de Lei 2228/20, do deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB). Os parlamentares seguiram parecer favorável do relator, deputado Amom Mandel (Cidadania-AM), alterando em parte o projeto.



[Divulgados os resultados do IDD, CPC e IGC](#)

INEP

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou, em 2 de abril, os resultados de três Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2022. Foram detalhadas informações a respeito do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD); do Conceito Preliminar de Curso (CPC); e do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC). Eles integram o conjunto de procedimentos e instrumentos avaliativos previstos na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que completa 20 anos neste mês de abril. O Conceito Enade, que também faz parte desta cesta de indicadores, foi divulgado em outubro de 2023.

[Seduc realiza evento para adesão ao projeto Autismo na Escola; confira](#)

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) realizou, na tarde de terça-feira (2), em Cuiabá, o evento “Chá: Conhecendo Habilidades Autistas”. O objetivo foi apresentar a importância do projeto Autismo na Escola, realizado por educadores nas unidades estaduais e municipais com crianças e jovens que possuem o Transtorno Espectro Autista (TEA).





NOVIDADE LEGISLATIVA

[LEI Nº 14.837, DE 08 DE ABRIL DE 2024](#) - Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que "dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País", para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br